



Resumo Semanal

Ano 1 – Número 15 – 06/11 à 10/11/2017

Destaque da Semana

[Reforma trabalhista vale a partir de 11 de novembro. Fiscalização vai agir de acordo com a Constituição](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/11/2017

A partir deste sábado, 11 de novembro, passa a valer em todo o país a Lei 13.467/2017, ou a reforma trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional. Para o Sinait, é um conjunto de medidas que flexibiliza e precariza direitos dos trabalhadores, quando não os elimina totalmente. São mais de 100 alterações na CLT, legalizando situações que até hoje são tratadas como ilegalidades e fraudes nos contratos de trabalho.

Nos dias 9 e 10 de outubro, o Sinait participou da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra, em parceria com o Sinait e outras entidades. A delegação de Auditores-Fiscais do Trabalho teve mais de 70 integrantes que apresentaram enunciados, defenderam e discutiram todos os aspectos que envolvem as novas regras da lei, para traçar uma diretriz à atuação da Fiscalização do Trabalho, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, além de advogados. Ao final, foram aprovados 125 enunciados com esta finalidade.

O Sinait está elaborando um Manual para Aplicação da Legislação Trabalhista, à luz dos enunciados aprovados, que são todos consonantes com a Constituição Federal e tratados internacionais assinados pelo Brasil. Assim, entende o Sinait que os Auditores-Fiscais do Trabalho terão segurança jurídica em suas atividades, especialmente neste momento de transição.

Para ler na íntegra [clique aqui](#).

[Breno Medeiros toma posse como ministro do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/11/2017

Breno Medeiros, que até a nomeação presidia o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, com especialização em Engenharia da Qualidade pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Natural de Curitiba, foi promotor de Justiça no Paraná e, em 1992, ingressou na magistratura como juiz do trabalho substituto da 18ª Região. No ano seguinte, foi promovido a juiz titular da 9ª Vara do Trabalho de Goiânia, e, em 2009, tornou-se desembargador do TRT da 18ª Região. Foi vice-presidente e corregedor da Corte regional no biênio 2015/2017 atuou no TST como convocado em diversos períodos entre 2014 e 2015.

[TST sedia quatro seminários em novembro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/11/2017

Dentre os eventos programados para o mês de novembro está o referente a “Reforma Trabalhista e os Impactos no Setor Imobiliário”, apoiado pelo CPRT/CBIC e que será realizado nos 30/11 e 1º/12, promovido pelo Instituto Justiça e Cidadania e contará com a participação dos ministros Ives Gandra Filho, Aloysio Corrêa da Veiga, Waldir Oliveira da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Cláudio Mascarenhas Brandão e Douglas Alencar Rodrigues, advogados especialistas no ramo e representantes de entidades representativas do setor da construção.

[Cipa não instalada não retira garantia de emprego de trabalhador eleito para direção](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/11/2017

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito à estabilidade de um motorista da Destesa Terra Construções Ltda., demitido após ser eleito representante dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da empresa, que não havia sido instalada. Segundo a Turma, essa circunstância não retira do empregado a garantia de emprego.

[Presidente do TST afirma que Constituição Federal garante flexibilização de direitos trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/11/2017

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra Martins Filho, afirmou nesta segunda-feira (6), na abertura do 23º Curso de Formação Inicial da

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), que a Constituição Federal prevê o balanceamento de direitos trabalhistas, num sistema de freios e contrapesos, de forma a garantir o equilíbrio nas relações entre empresas e trabalhadores.

[TST decide que aviso prévio proporcional é obrigação limitada ao empregador](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 06/11/2017

O relator dos embargos, ministro Hugo Carlos Scheuermann, pontuou que na sua avaliação, a proporcionalidade do aviso prévio apenas pode ser exigida da empresa. Entendimento em contrário, ou seja, exigir que também o trabalhador cumpra aviso prévio superior aos originários 30 dias, constituiria, segundo Scheuermann, “alteração legislativa prejudicial ao empregado, o que, pelos princípios que norteiam o ordenamento jurídico trabalhista, não se pode admitir”.

[Construtora é multada por pagar verbas rescisórias com cheque de outra praça](#)

Tribunal Superior do Trabalho – 06/11/2017

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Engenharia de Materiais Ltda. (Engemat), de Maceió (AL), contra condenação ao pagamento de multa por atraso no pagamento de verbas rescisórias porque depositou o valor das verbas rescisórias de um carpinteiro e servente de pedreiro dentro do prazo legal, mas por meio de cheque de outra praça. O banco só permitiu que o trabalhador sacasse o valor 20 dias depois, já fora do prazo estabelecido pelo parágrafo 6º do artigo 477 da CLT.

[Secretaria de Inspeção do Trabalho lança revista digital](#)

Ministério do Trabalho – 07/11/2017

A Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) lançou nesta terça-feira (7) a edição digital da Revista da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (Enit). Nessa primeira edição foram publicados 14 artigos de integrantes da comunidade acadêmica, com colaborações que tratam de vários assuntos relacionados à Inspeção do Trabalho.

[Maior mudança na CLT entra em vigor neste sábado \(11\)](#)

Ministério Público do Trabalho – 10/11/2017

A maior mudança na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) entra em vigor em todo o país a partir de

deste sábado (11). O Ministério Público do Trabalho (MPT) vai defender o cumprimento da legislação trabalhista e acompanhar a aplicação das novas regras interpretando a lei, com respeito aos princípios constitucionais e às convenções e tratados internacionais.

[Corte Interamericana poderá ser acionada contra reforma trabalhista](#)

Ministério Público do Trabalho – 08/11/2017

A Corte Interamericana de Direitos Humanos poderá ser acessada para questionar pontos da reforma trabalhista que firmam dispositivos de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. De acordo com o presidente da entidade, Roberto Caldas, este é, no entanto, o último recurso destinado a este fim, devendo antes todas as instâncias e medidas internas possíveis serem esgotadas. “Quem primeiro pode analisar é a Justiça brasileira. O Ministério Público, a Advocacia podem provocar o Judiciário brasileiro”, explicou Caldas.

[“Reforma promove monetização do trabalho”, diz MPT](#)

Ministério Público do Trabalho – 08/11/2017

“A reforma trabalhista promove a monetização do trabalho ao fixar o valor de indenizações por dano extrapatrimonial de acordo com o salário do trabalhador”. Essa é a avaliação que o Ministério Público do Trabalho (MPT) fez durante o simpósio “A reforma trabalhista e o sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos”, promovido pela Escola Superior do Ministério público da União (ESMPU). O evento ocorreu nos dias 6 e 7 de novembro, em Brasília.

[Relator apresenta parecer favorável ao PDC que susta a Portaria 1.129-17](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 10/11/2017

O Projeto de Decreto Legislativo – PDC 791/2017, que susta a Portaria 1.129/2017 do Ministério do Trabalho, que trata da fiscalização do trabalho análogo ao de escravo, recebeu parecer favorável, com substitutivo do relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP da Câmara, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP).

[Na mídia – Destaque para críticas de especialistas da ONU contra a Portaria 1.129](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 08/11/2017

Ganhou destaque nesta quarta-feira, 8 de novembro, a notícia de que especialistas da Organização das Nações Unidas – ONU criticaram a Portaria 1.129/2017, que dificulta o combate ao trabalho escravo no Brasil, assim como a redução de recursos para a Fiscalização do Trabalho, que faz o enfrentamento direto à prática. Urmila Bhoola e Surya Deva divulgaram nota conjunta recomendando ao governo brasileiro que revogue definitivamente a Portaria, sob pena de dar um passo atrás nos avanços dos últimos anos.

[FIDS sustenta que aplicação da reforma trabalhista deve levar em conta Constituição e convenções internacionais](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 07/11/2017

O Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social – FIDS reuniu-se nesta segunda-feira, 6 de novembro, em Brasília, mantendo a mobilização face à iminente vigência da Lei nº 13.467/2017, a chamada reforma trabalhista, cujos efeitos passam a vigorar a partir de 11 de novembro. As diversas entidades se comprometeram a defender os enunciados aprovados na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra, em parceria com o Sinait e outras entidades, cujo princípio maior é o de que a Lei 13.467 deve ser aplicada consonante com a Constituição da República e convenções e tratados internacionais dos quais o país é signatário.

[Sinait trata de combate ao trabalho escravo e da reforma trabalhista com representantes da Embaixada dos Estados Unidos](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 07/11/2017

Diretores do Sinait reuniram-se com representantes da Embaixada dos Estados Unidos para tratar das repercussões da Portaria 1.129/2017 no combate ao trabalho escravo e da entrada em vigor da lei que trata da reforma trabalhista, bem como as lutas e os desafios que os Auditores-Fiscais do Trabalho enfrentam no país. As informações colhidas irão subsidiar um relatório anual da Embaixada sobre Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. O encontro ocorreu hoje, terça-feira, 7 de novembro, na sede do Sinait, em Brasília.

[Estatuto do Trabalho: Sinait atua com o objetivo de construir uma legislação para todos](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – 07/11/2017

Auditores-Fiscais do Trabalho participaram da audiência pública “Estatuto do Trabalho: uma lei para todos”, nesta segunda-feira, 6 de novembro, promovida pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho – CDHET do Senado. Para Alex Myller, que representou o Sinait durante a audiência, é importante que o debate sobre um Estatuto do Trabalho “construa uma legislação para todos e que traga esperança”. A

Notícias

discussão foi mediada pelo senador Paulo Paim (PT/RS), vice-presidente da CDHET, que está 9ª reunião e funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado.

Atos Normativos

[LEI Nº 13.504, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017](#) (DOU de 08/11/2017 Seção I Pág. 01) - Institui a campanha nacional de prevenção ao HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, denominada Dezembro Vermelho.



QUEIROZ NETO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Responsável Técnico
Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto
OAB-DF 14.823

(61) 98135-1818
clovis@queirozneto.adv.br
queirozneto.adv.br

(61) 3526-7707
SHVP Rua 8 Chácara 202 Casa 34
CEP: 72006-845 - Brasília-DF